

## Apresentação

Hilton Costa<sup>1</sup>

Em fins do século passado era dito numa aula de Teoria da História I que a palavra História vinha do Grego antigo *ἱστορία*, termo que pode ser traduzido como *investigar, inquirir*. O termo *investigar* significa seguir vestígios, pesquisar; por sua vez, *inquirir* diz respeito a realizar perguntas, desenvolver um questionamento sobre algo com o objetivo de saber algo. Ao se concordar com este sentido da palavra História seria possível, viável ou mesmo útil separar o ensino de História da pesquisa em História? Este debate se faz presente há bastante tempo. Toma-se partido aqui da pouca utilidade de tal separação. A professora, o professor ao preparar suas aulas, suas falas, materiais didáticos está a pesquisar, ou seja, a investigar, inquirir, pensar e escolher. Portanto, produzindo uma interpretação histórica. É muito provável que estas colocações sejam um enorme lugar comum para várias e para vários especialistas no tema, contudo, se a *História é filha de seu tempo*, como dito outrora, talvez seja pertinente retomar a ideia de que toda História é fruto de escolhas, mais ou menos arbitrárias.

Historiar é inquirir, investigar, pensar e escolher, sim, escolher; os documentos utilizados pelos historiadores e pelas historiadoras para

---

<sup>1</sup> Doutor em História, UFPR, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, PR.

reconstruir a experiência humana não foram, na maioria dos casos, construídos para servir a História, portanto, os documentos, as fontes, são todos construções. E como tal sujeitas a escolhas; nenhum documento existe nele mesmo, ele recebe a “existência” no meio de uma teia de relações sociais. Os fatos históricos, os eventos históricos, os documentos históricos, etc. só existem em termos relacionais: eles só têm existência a partir da relação que as pessoas estabelecem com aquilo que elas vivenciaram e vivenciam. Tomando uma situação retirada de um dos artigos que compõem o *Dossiê Ensino de História*, para o qual estas palavras servem de apresentação, a Inconfidência Mineira, os Inconfidentes e Tiradentes eram para a historiografia monárquica irrelevantes. Francisco A. Varnhagen, por exemplo, dedicou poucas linhas ao tema. A ascensão dos ideais republicanos, a partir dos anos 1870, reconstruiu a Inconfidência Mineira, os Inconfidentes e Tiradentes como algo extremamente relevante para a História e a identidade brasileira, ou seja, os eventos, fatos históricos estão relacionados a uma teia de relações que dão “existência” aos mesmos.<sup>2</sup> Com efeito, o *Dossiê Ensino de História* que ora a *Revista Vernáculo* apresenta ao público traz textos passíveis de fazer refletir acerca da relativa indissociabilidade entre a pesquisa em História e o Ensino de História, bem como discussões sobre possibilidades no e do Ensino de História.

---

<sup>2</sup> Ver artigo de Lara Rodrigues Pereira presente neste dossiê.

Os artigos que compõem o *Dossiê Ensino de História* oferecem à leitora, ao leitor da Revista Vernáculo reflexões acerca de pontos bastante importantes do ensino de História: como as fontes primárias são problematizadas nos manuais didáticos; História e Cultura Africana e Afrobrasileira; o audiovisual no ensino de História; as tecnologias digitais no ensino de História; a história do ensino de História.

Anne Cacielle Ferreira da Silva em *Fontes Legais nos Livros Didáticos de História* discute o tema sempre pertinente de como as fontes primárias são tratadas no ensino de História. Diz a autora que “em poucas situações os documentos encontrados foram tratados como fontes e, assim, exploradas de forma a estimular o aluno à contextualização, à problematização e a interpretação.” Não se deu ainda, mesmo com os inúmeros avanços no que diz respeito à incorporação de uma gama mais variada de documentos e fontes nos manuais didáticos, uma maior discussão em torno do fato de que os documentos utilizados pelos historiadores e historiadoras não foram produzidos necessariamente para atender as demandas da História. Portanto, é preciso entender primeiramente o sentido original para o qual o documento foi produzido, para posteriormente compreender os seus possíveis usos na prática historiográfica. A reflexão de Anne Cacielle permite pensar o quanto o documento, a fonte é uma construção da historiadora, do historiador, portanto, fruto de escolhas mais ou menos arbitrárias.

As escolhas da historiadora, do historiador são mediadas por inúmeros fatores; dentre eles, destaca-se o tipo de formação que se recebe. No caso brasileiro a formação foi e ainda é muito eurocentrada e eurodirecionada. Fato que evidentemente deixa marcas profundas no ensino da História, pois esta, em grande medida, é construída a partir da perspectiva europeia. No intuito de transformar este contexto, educadores e educadoras, movimentos sociais, conseguiram que o Governo brasileiro aprovasse leis como a 10.639/03 e a 11.645/08, que modificaram a Lei de Diretrizes de Base da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) objetivando, em grande medida, criar um currículo mais atento à diversidade cultural e, com isso, a diferentes perspectivas da História. A modificação na formação da professora, do professor de História é algo bastante nítido no artigo de Gabrielli Debortoli, *Cinema e populações de origem africana no Ensino de História: experiências no Estágio Curricular Supervisionado*. O artigo de Debortoli permite pensar a produção cinematográfica no Ensino de História em pelo menos dois registros: 1) o período que a obra pretende retratar; 2) o contexto em que a obra foi produzida. No primeiro registro a discussão seria mais em termos factuais. Por exemplo, a partir do filme *Besouro* poderia se construir discussões em torno da pós-abolição no Brasil – relações sociais, de trabalho etc. Por sua vez, o segundo registro diz respeito à possibilidade de um debate de cunho historiográfico nos seguintes termos: porque se está filmando isto e não aquilo, porque se está contando deste jeito e não daquele.

A produção cinematográfica também foi alvo da reflexão de Lara Rodrigues Pereira em *Narrativas audiovisuais ensinando História do Brasil na Era Vargas: filme Os Inconfidentes*, produzido pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE). O trabalho de Rodrigues Pereira, além de fomentar questões semelhantes àquelas de Debortoli, traz à pauta a discussão da produção cinematográfica realizada intencionalmente para ser “educativa”. Obras que mais nitidamente apresentam um ponto de vista, uma perspectiva histórica e, portanto, podem revelar as escolhas, as omissões, etc. na construção da narrativa histórica. Outro ponto interessante do referido artigo é a possibilidade de discutir o efeito de teoria.<sup>3</sup> Este seria a capacidade de se conduzir determinadas situações para confirmar uma hipótese previamente posta. A autora se debruça “especificamente, (...) sobre o filme *Os Inconfidentes*, que trata da repatriação dos restos mortais de participantes da Inconfidência Mineira (que receberam o degredo como forma de punição pela insurgência) e que mais de um século depois

---

<sup>3</sup> Como proposto por Pierre Bourdieu em *A economia das trocas lingüísticas: o que falar o que dizer*: “A descrição científica mais estritamente constatativa corre sempre o risco de funcionar como prescrição capaz de contribuir para sua própria verificação, ao exercer um efeito de teoria tendente a favorecer o acontecimento daquilo que anuncia.” (BOURDIEU, 2008, p 123-124). “Tudo leva a supor que o efeito de teoria – podendo ser exercido na realidade por agentes e organizações capazes de impor um princípio de divisão, ou melhor, de produzir ou reforçar simbolicamente a tendência sistemática para privilegiar certos aspectos do real e ignorar outros – será tanto mais poderoso e sobretudo duradouro quanto mais a explicitação e a objetivação estiverem fundadas na realidade, fazendo com que as divisões pensadas correspondam exatamente às divisões reais.” (BOURDIEU, 2008, p. 125).

foram recebidos com honras pelo Estado brasileiro, representado pela figura do então presidente Getúlio Vargas”.

A República instalada em 1889 no Brasil criou seus heróis, entre eles os envolvidos na tentativa de insurreição contra Portugal ocorrida nas Minas Gerais em fins do século XVIII. As pessoas ligadas à tentativa fracassada de rebelião foram condenadas como traidoras da pátria lusa. Tais pessoas tiveram peso histórico bastante irrelevante até a organização do movimento republicano no Brasil. Os republicanos construíram os inconfidentes como heróis. Getúlio Vargas, às vésperas do cinquentenário da instalação da República no Brasil, fornece sua contribuição ao efeito de teoria – os inconfidentes heróis – repatriando os restos mortais dos condenados e recebendo os mesmos com honras de Estado.

Maíra Pires Andrade, em *O Ensino de História entre as décadas de 1920 a 1930: propostas para o ensino de história escolar a partir dos Anais da 1º Conferencia Estadual de Ensino Primário de 1927 de Santa Catarina*, aborda “a função adquirida pelo ensino de História escolar, a concepção de História vigente no período a partir desses documentos e as principais demandas da sociedade” catarinense. Todavia, o trabalho fornece elementos para pensar o Ensino de História para além de Santa Catarina, trazendo uma importante contribuição acerca da História do Ensino de História no Brasil a partir das análises dos documentos que deveriam orientar os rumos do ensino da disciplina na primeira metade do século XX em Santa Catarina.

Fecha o *Dossiê Ensino de História* o artigo *Experiências compartilhadas entre a História, o Ensino e as Novas Tecnologias Digitais*, de Israel Aquino. O autor problematiza as possibilidades oferecidas pela tecnologia para o ensino de História, especialmente no que diz respeito ao acesso aos Museus, bem como à educação patrimonial. A argumentação de Aquino ainda permite pensar questões acerca da experiência: a experiência empírica de ir ao Museu pode ser substituída pela experiência virtual ou esta é uma questão que não se aplica? O autor nos convida a refletir sobre isto.

A opção adotada aqui, ao se apresentar os artigos que compõem o *Dossiê Ensino de História*, foi a de chamar a atenção para as questões que os mesmos sugerem e permitem pensar, pois ensinar História é pesquisar História, é inquirir, investigar e escolher.

A todas e a todos uma excelente leitura.

## **Referências**

BLOCH, Marc. (2002). *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BOURDIEU, Pierre. (2008). *A economia das trocas lingüísticas: o que falar o que dizer*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. (1857). *História Geral do Brasil*. 2v. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmer.